



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 034

SEXTA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 66ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE MAIO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Importação de feijão como decorrência da falta de sementes adequadas e de estímulo ao produtor nacional.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Encontro Nacional sobre Transportes Coletivos Urbanos a ser realizado em Curitiba—PR, sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Projetos da Indústria Carboquímica Catarinense S.A. — ICC, em implantação em Imbituba—SC. Administração do Gen. Engº Danilo Augusto Ferreira Montenegro na Presidência daquela empresa.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Ressurgimento do jornal "A Palavra", da Imprensa fluminense.

DEPUTADO FREITAS NOBRE — Decisão do Supremo Tribunal Federal absolvendo o Sr. Francisco Pinto

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — "Dia Nacional das Comunicações".

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 32/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.521, de 26 de janeiro de 1977, que revoga, a partir do exercício de 1977, as normas legais e regulamentares autorizativas de destinações especiais dos resultados atribuí-

veis à União nas empresas públicas e sociedades de economia mista federais. **Aprovado**, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 67ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE MAIO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Trabalho desenvolvido pelo Deputado Mário Bezerra Cavalcante, na Assembléia Legislativa de Goiás, em benefício do Norte daquele Estado.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Necessidade de reajustamento dos salários de servidores da Companhia de Água e Esgoto — CEDAE, do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Construção de matadouro-frigorífico na cidade de Soledade—RS.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Medidas adotadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social no setor da reabilitação profissional e de assistência aos idosos.

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — Determinação de uma política objetiva para os fertilizantes.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Apelo ao Governo no sentido da concessão de recursos financeiros e orientação técnica para o desenvolvimento da agropecuária do Estado do Amazonas.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Atraso de pagamento do INPS para com o Hospital Santo Antônio e seu reflexo na assistência médica na cidade de Friburgo—RJ.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****EVANDRO MENDES VIANNA**

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície:**

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 33/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.525, de 28 de fevereiro de 1977, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis do Poder Executivo, dos membros da Magistratura e do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências. **Aprovado**, após usar da palavra, no encaminhamento de sua votação, o Sr. Deputado Freitas Nobre. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 34/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.516, de 31 de dezembro de 1976, que

dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 1.370, de 9 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a tributação dos rendimentos auferidos por garimpeiros matriculados, e dá outras providências. **Aprovado**. À promulgação.

2.4 — ENCERRAMENTO**3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

— Do Sr. Deputado Antunes de Oliveira, proferido na sessão de 4-5-77.

ATA DA 66ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE MAIO DE 1977**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO****ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz

Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira —

MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airtton Sandoval — MDB; Airtton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antônio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio

Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antonio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto). — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 351 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por incrível que pareça, estamos novamente às portas da importação de feijão. País com dimensões continentais, com milhões de quilômetros quadrados de terras apropriadas à cultura, com mais de 50% da população residindo no interior, o Brasil continua importando trigo, batatinha, cebola, alho, carne e agora novamente feijão.

E isto ocorre porque não existe estímulo ao produtor e, por outro lado, faltam sementes adequadas. A quase totalidade das plantações são feitas com sementes superadas, velhas e de pior qualidade, apresentando pouco rendimento. Ainda sábado e domingo, viajando em uma região produtora de feijão do meu Estado, fui informado disto. Em Palmitinho, Caiçara, Vicente Dutra, Frederico Westphalen, Iraí, Planalto, Alpestre e outros municípios, onde já se verificaram grandes safras, hoje a produção baixou consideravelmente.

Sei do trabalho que está sendo desenvolvido pela EMBRAPA no sentido de melhorar a semente. A iniciativa é acertada e deve ser dinamizada o quanto possível. Com boa semente e preço compensador, o feijão poderá ser adotado para fazer rotação ou consorciamento de cultura nas grandes lavouras, principalmente agora que os produtores estão se conscientizando da imperiosa necessidade da diversificação de culturas.

Ainda sexta-feira, viajando em companhia do Sr. Ivo Vanderlinde, Presidente da Organização das Cooperativas de Santa Catarina e da Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Itajaí Ltda., fui informado de que, naquele Estado, enquanto o feijão está sendo vendido no atacado a Cr\$ 355,00 a saca, o Governo cobra ICM sobre Cr\$ 500,00, prejudicando o produtor. Por outro lado, quando a safra é abundante em geral o produtor é explorado pelo atravessador.

Além do exposto, plantar feijão é negócio sempre arriscado, mesmo com boa semente. Se ocorre uma estiagem de oito dias por ocasião da floração, a planta é tremendamente prejudicada, o mesmo ocorrendo se chove uma semana por ocasião da colheita.

Diante destes e de outros fatos, não se pode esperar aumento da produção de feijão, salvo se forem tomadas as providências que estou sugerindo. É indispensável, por isto, que o Governo se faça presente com medidas objetivas e corajosas. Sem isto o nosso País continuará importando feijão, gastando divisas com um produto que poderia exportar em grande escala. Por outro lado, o produtor e o consumidor continuarão sendo miseravelmente explorados.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há poucos dias registrei a assinatura de convênio entre a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), objetivando evitar a expansão desordenada das áreas urbanas no Grande Rio e comprometimento das áreas rurais, através de ação conjunta e coordenada com vistas ao desenvolvimento urbano da região, medida que de há muito postulava desta tribuna, por força do agravamento dos problemas de infra-estrutura, principalmente dos Municípios da Baixada Fluminense e do acelerado processo de metropolização que se vem observando, em decorrência da poluição industrial, congestionamento de tráfego, superpopulação e outros fatores.

Agora, anuncia-se a realização do Encontro Nacional sobre Transportes Coletivos Urbanos, em Curitiba, com a responsabilidade da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU).

O documento-programa elaborado para orientação desse encontro revela que aproximadamente 45% das famílias domiciliadas nas regiões metropolitanas brasileiras têm renda igual ou inferior a um salário mínimo. Essa população representa cerca de 60% do total de passageiros literalmente cativos ao sistema de transporte de massa.

O mesmo documento explica que algumas pesquisas revelaram que a despesa média com transporte, por família usuária do sistema, é da ordem de 5% da renda familiar no Grande Rio, 6% na Grande São Paulo, e 10% na Grande Recife. "Considerando-se que naquelas regiões metropolitanas a renda média familiar é de Cr\$ 1.900,00, Cr\$ 2.080,00 e Cr\$ 800,00, respectivamente, conclui-se que as famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo enfrentam ainda mais graves dificuldades ou não têm acesso ao sistema de transporte de massa."

Nas regiões metropolitanas, 83% da exploração do transporte coletivo se encontra nas mãos de empresas privadas e, por isso, durante o encontro de Curitiba, os grupos de trabalho analisarão a necessidade de dividir cidades em setores, onde operariam uma só empresa, permitindo, no transcurso do processo, uma tarifa única.

Sr. Presidente, já não é preciso aditar novas razões para justificar minha presença nesta tribuna, a fim de louvar a oportuna iniciativa desse Encontro Nacional sobre Transportes Coletivos Urbanos, um dos mais sérios e complexos problemas em que se debatem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e as demais existentes no País.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Sr. Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Sr. Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lembro-me de meus dias na Assembleia Legislativa do antigo Estado do Rio de Janeiro, quando esperávamos, cada semana, os exemplares do jornal de Sardo Filho, **A Palavra**, dedicado exclusivamente aos temas políticos e ao comportamento dos homens públicos.

Por algum tempo o jornal esteve fora de circulação, notadamente em razão do falecimento de seu fundador. Ressurgindo **A Palavra**, sob responsabilidade da Editora Nosso Grupo Ltda., tem atualmente como editores os ilustres Jornalistas Tácito Tani, Mário Pitanga e Válder Barros.

Embora trazendo alguns temas não exclusivamente políticos, **A Palavra** não perdeu sua característica inicial, focalizando os homens públicos e a política fluminense com grande destaque.

Realmente sempre fez falta à imprensa fluminense um jornal do porte de **A Palavra**, sobretudo conduzido por jornalistas afeitos ao ambiente político, presenças certas nos acontecimentos que envolvem desde o Congresso Nacional à menor Câmara de Vereadores do Estado do Rio de Janeiro.

Quero prazerosamente registrar nos Anais desta Casa a continuação da publicação de **A Palavra**, sobretudo destacando as colunas assinadas por Deputados estaduais, da ARENA e do MDB, o que torna aquele órgão de imprensa independente e imparcial, tanto para elogiar como para criticar, sempre o fazendo em termos elevados e com completa isenção.

Desejamos que **A Palavra** tenha, nessa sua nova fase, uma longa e ascendente carreira, o que não se torna difícil dada a grande capacidade de seus editores, jamais negada durante largos anos de vivência profissional, sobretudo no contato com o mundo político.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dentro da crise que vive o Judiciário, tantas vezes mal interpretado, e evidentemente sufocado pela máquina burocrática superada, ultrapassada, esclerosada, a decisão do Supremo absolvendo Chico Pinto tem uma significação toda especial.

Para os parlamentares e para os jornalistas, a decisão tem importância maior, porque se constitui numa abertura de ângulo em relação ao direito de crítica.

Identificados por uma imunidade especial, embora nem sempre reconhecida, especialmente em períodos de exceção, os parlamentares e os jornalistas se confundem nas atribuições maiores da sociedade e se investem nas tarefas supremas da defesa da liberdade de informar, do direito de crítica e da fraternidade universal.

Por isso mesmo, vivendo no seu pequeno mundo os dramas de toda a humanidade, aqueles que têm por vocação um mandato popular ou o sacerdócio da comunicação, se expõem mais seguidamente aos riscos dessa vocação e do exercício profissional.

Chico Pinto encarnou essas duas vocações, e de tal forma elas se integram que hoje ele sublimou como jornalista as angústias que viveu como Deputado.

Sua integração na atividade jornalística pareceu uma continuidade vocacional, mas serviu de demonstração a essa análise interpretativa da função de informar e de criticar.

Por isso mesmo, o Supremo Tribunal Federal, ao decidir pela sua absolvição, marcou uma fase nova da Corte e da própria história da Justiça em nosso País.

O que existia antes era a tendência liberal dos tribunais militares quando examinavam os problemas relativos aos processos de opinião, chocando-se muitas vezes, e em vários Estados, com o estranho rigor com que agiam os Juizes civis no julgamento dos jornalistas e de outros processados por delito de opinião.

Agora, equiparam-se as decisões das duas Justicas, no reconhecimento ao direito de crítica, impedindo o transbordamento dos julgamentos que muitas vezes levou parlamentares e jornalistas às decisões condenatórias, quando o essencial de suas manifestações era a defesa do interesse público.

O julgamento de Chico Pinto reforça o laço que une o sacerdócio comum do parlamentar e do jornalista na defesa do interesse coletivo, na preservação das liberdades públicas e na exaltação da Justiça, que começa na efetiva vivência da liberdade de informação, alicerce de todas as outras, retrato da sociedade sem retoques e sem deformações.

Os parlamentares tanto quanto os jornalistas vêem abrir-se na absolvição de Chico Pinto novos ângulos ao exercício do mandato e da profissão de jornalista e, por isso, não podemos silenciar quando a Alta Corte do País toma a si a responsabilidade do reconhecimento do direito de crítica na corajosa decisão que deve marcar época na história das nossas liberdades.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, comemora-se hoje, 5 de maio, o Dia das Comunicações, o que nos leva a meditar sobre um dos mais importantes instrumentos de Governo e o mais necessário dos elementos infra-estruturais para o desenvolvimento harmônico das nações. Seu desempenho, no caso brasileiro, é de interesse vital até mesmo para a nossa segurança, sendo de lembrar, neste momento, a atuação apostolar, no setor, do Marechal Rondon, levando os fios e postes telegráficos às mais inóspitas regiões do País, no Norte e no Oeste, para a integração daquelas fronteiras, definitivamente, na comunhão nacional. Se a linha das Tordesilhas, rompida pela audácia de portugueses e mamelucos, nos entregara uma extensão territorial superior a cinco milhões de quilômetros quadrados, foi aquele trabalho pioneiro de Rondon que, estendendo a malha das comunicações no imenso território quase virgem, propiciou, em primeiro lugar, os fundamentos da ocupação daquele vazio demográfico; por isso é ele o nosso Patrono das Comunicações.

Vale relembrar, por outro lado, que aquela conquista precisava e precisa ser complementada, por imperativo do desenvolvimento tecnológico, quando não mais os fios, senão as ondas espalhadas no éter, foram dominadas, a serviço das comunicações.

Tal esse desenvolvimento, que a nossa organização administrativa cuidou de criar o Ministério das Comunicações, hoje entregue à competência, ao devotamento, ao patriotismo, à vigilância e ao acendrado espírito público do Ministro Quandt de Oliveira.

Trata-se de uma personalidade invulgar, em nossa vida pública, aliando as qualidades de administrador competente e incansável trabalhador, a uma afabilidade de trato, a uma sinceridade nos pronunciamentos e atos que o faz conviver, sem qualquer atrito, com a representação política, com a Imprensa brasileira, os empreendedores particulares, os concessionários do importante serviço público, sem o mínimo deslize ou qualquer desentendimento. Talvez isso decorra não apenas de uma formação pessoal cristã e calcada na autodisciplina, mas de uma inata vocação para o diálogo, respeitando, sempre, as opiniões contrárias, que busca esclarecer tendo como instrumento uma excelente formação técnica e uma visão nacional do problema, que responde, também, pelo êxito da sua tarefa administrativa. Nunca, em nenhum período, as comunicações nacionais progrediram tanto. E tanto a telefonia nacional, como o desempenho do rádio e da televisão muito lhe devem, não lhe reateando aplausos o reconhecimento público.

Há poucos dias, S. Ex^a, em declarações à Imprensa, revelou seu inconformismo quanto ao induzimento à violência, propiciado pela excessiva importação de "enlatados" para a televisão, esquecida a missão educativa que se reserva a esse setor da diversão e da informação. E demonstrou, publicamente, seu desejo de conter tal situação, extremamente perigosa para a comunidade brasileira.

É que a sua preocupação não se concentra exclusivamente na ampliação dos veículos e na melhoria da qualidade técnica dos instrumentos de comunicação; não esquece S. Ex^a os aspectos educacionais e culturais desse veículo. Daí por que, no Dia das Comunicações, homenageamos o Ministro Quandt de Oliveira, num ato de reconhecimento patriótico e da mais estrita justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicados e distribuídos em avulsos os Pareceres nºs 36 e 37, de 1977-CN, da Comissão Mista incumbida de examinar os Decretos-leis nºs 1.525 e 1.516, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 35, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.521, de 26 de janeiro de 1977, que revoga, a partir do exercício de 1977, as normas legais e regulamentares autorizativas de destinações especiais dos resultados atribuíveis à União nas empresas públicas e sociedades de economia mista federais.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 67ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE MAIO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraná

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanella — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinhas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Dayl de

Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Mauricio — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Áécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antônio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturilli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antonio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 351 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, medida oportuna a reclamada pela Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, ao ajuizar no Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro processo de dissídio coletivo solicitando aumento geral para os empregados da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), lotados em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Acresce dizer que o quadro de pessoal desse órgão da administração indireta fluminense é o único com tabela igualmente

única de salários, vigente em todo o Estado, pelo que tem amparo legal a aplicação do disposto no art. 658 da Consolidação das Leis do Trabalho, visando a evitar distorções salariais entre ocupantes de cargos iguais na mesma Companhia.

Por outro lado, impõe-se dizer que o aumento salarial é reivindicado com fulcro nos índices fixados pelo DNS ou pelo TRT, se estes forem superiores àqueles.

Sr. Presidente, ao registrar tão oportuna iniciativa da FENTIU na defesa dos interesses postergados de milhares de abnegados servidores da CEDAE em luta permanente pela própria sobrevivência, diante de crescente elevação do custo de vida, permito-me lamentar, mais uma vez, que o "condão mágico da técnica", característica do Governo fluminense, prescindindo do apoio e da solidariedade coletiva, o que equivale dizer que os erros e as distorções se acumulam nas administrações direta e indireta, retardando ou impedindo o desenvolvimento sócio-econômico dessa nova Unidade Federativa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há meses, a pedido do então Prefeito de Soledade, Dr. Rui Ortiz, e dos dirigentes da Cooperativa Tritícola, fiz pronunciamento nesta Casa e interfeirei reiteradas vezes junto ao Banco do Brasil a fim de que fosse concedido empréstimo àquele Município para a construção de um frigorífico. Após apelos de toda a natureza, o empréstimo, lamentável e inexplicavelmente, foi indeferido. Os idealizadores do empreendimento, homens de coragem e ação, não esmoreceram. Meteram mãos à obra e o frigorífico está sendo construído, como informa, em bela reportagem, o jornal *A União*, de Campo Real. É a seguinte:

"Às margens da BR-386 nos fundos da Serraria Salum e da Firma Pretto Veículos Ltda., está sendo construído um Matadouro Frigorífico, fruto de uma iniciativa da Cooperativa Agrícola Soledade Ltda., com a colaboração dos pecuaristas de Soledade, Fontoura Xavier, Barros Cassal e Arvorezinha.

Sem dúvida esta obra tem uma importância incalculável, pois virá fortalecer a economia do município e propiciará grande número de empregos, sendo o beneficiário direto o criador de bovinos e suínos, com a colaboração de seus produtos.

A obra está bastante adiantada, embora seja reduzido o número de operários que nela estão trabalhando, notamos que este Matadouro Frigorífico que está sendo construído em Soledade era um grande sonho dos pecuaristas e lembramos a entrevista do Sr. Arno Betti da Cruz em 4 de outubro de 1975, onde dizia, que Soledade teria um Matadouro Frigorífico orçado em 10 milhões, e hoje está sendo realidade.

Sabemos que não é fácil, construir sem termos um bom saldo a disposição, alertamos que o Matadouro Frigorífico precisa de apoio de todos, em especial da classe pecuarista que certamente terá benefícios seguros com a colocação de seus produtos.

Para constatar o adiantamento da obra dê uma chegada às margens da BR-386 nos fundos da Serraria Salum e da Firma Pretto Veículos Ltda. e terá em sua frente uma realidade de que para muitos era impossível.

Lembramos o refrão dos cartazes da Conclamação:

"Integrados para não entregar" Matadouro Frigorífico de Soledade.

Tópicos do Projeto

1 — Localização: Km da BR-386 (Miguel Salum e Pretto);

2 — Área total do terreno: 96.861 m²;

3 — Área ocupada pelo projeto: 5.260 m²;

4 — Área construída: 3.356 m²;
 5 — Investimento da Obra: Construção Civil, Cr\$ 3.600.000,00; Equipamentos, Cr\$ 5.400.000,00; Luz e força, Cr\$ 300.000,00; Caminhões Frigoríficos, Cr\$ 550.000,00; Terraplenagem, Cr\$ 150.000,00. Total: Cr\$ 10.000.000,00;

6 — Capacidade de abate do Matadouro: Bovinos: mínima 40 reses/dia e máxima 150 reses/dia; Suínos: mínima 70 suínos/dia e máxima 350 suínos/dia;

7 — Produção diária de carne: Carne de bovino, 11.400 kg/dia; Carne suína, 10.000 kg/dia; Salsichas, 4.720 kg/dia; Banha, 4.570 kg/dia; Miudeza, 2.400 kg/dia;

8 — Receita bruta do Matadouro Frigorífico por mês: Cr\$ 8.250.000,00; Recolhe de ICM/mês, Cr\$ 1.150.000,00; Despesa operacional/mês, Cr\$ 1.200.000,00;

9 — Oferta de empregos novos: Inicial 30 a 45 novos empregos; com possibilidade até 96 novos empregos;

10 — Mercado de distribuição da produção: até 40% da produção diária é consumida nos municípios compreendidos pelo projeto; 30% (até) 40% é colocada em Passo Fundo; 30% colocado na Central de Carne de Porto Alegre;

11 — Sistema de compra de matéria-prima (bovina e suína); compra sempre à vista pelo preço de Mercado; o quotista (se necessitar) leva adiantamento; o quotista tem preferência no mercado da oferta, isto é, a colocação de sua produção;

12 — Sistema Administrativo do Matadouro Frigorífico oferecerá a você inúmeros outros serviços da organização, como Assistência Veterinária, Transporte, serviços de escritório, assistência agrônômica (se desejar) serviços de mecânica pesada na ESIMPLA e outros mais que a organização implantará;

13 — Estrutura empresarial do Matadouro Frigorífico: Rege-se pela Sociedade das Cooperativas — Lei nº 5.764, de 16-12-71 do INCRA;

14 — Esquema administrativo do Matadouro Frigorífico: Orientação administrativa é de conformidade com os Estatutos da Cooperativa. Terá: Um diretor executivo; 2 fiscais compradores ou mais; um agente do Serviço de Inspeção Federal de carnes;

15 — Finalidade (objetivo): Estimular e assistir a produção de matéria-prima bovina e suína; industrializar e comercializar toda produção de origem animal entregue ou adquirida dos associados.

Abrangência do Projeto:

— Área do projeto: Soledade, Arvorezinha, Barros, Cassal e Fontoura Xavier;

— Área a ser federalizado: Ilópolis, Anta Gorda, Putinga, Arroio do Tigre, Espumoso, Tapera, Selbach e Victor Graeff.

População estimada: 175.049 habitantes. Superfície: 7.889 km².

Felicitos os idealizadores e realizadores desta importante obra, renovando meus propósitos de continuar colaborando para que Soledade e a região tenham seu frigorífico.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta tribuna, sempre procuramos criticar aquelas medidas governamentais que julgamos deficientes, nos seus propósitos, ou até contrárias aos interesses do povo ou ao melhor desempenho da tarefa administrativa. Assim, por igual, informados pelo dever de justiça, cumpre-nos elogiar aquelas que consignam a realização de propósitos de evidente satisfação das aspirações do bem comum, que é o objetivo essencial da política, como estratégia do poder.

Tal o caso das providências que vêm sendo tomadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, no sentido de dinamizar a reabilitação profissional, com o intuito de desenvolver a capacidade residual dos segurados, impossibilitados de trabalhar por doença ou acidente.

Começa esse programa com exames médicos e psicológicos, elegendo os tratamentos médicos necessários e, posteriormente, treinando os segurados em oficinas, até podê-los reencaminhar aos empregos, por vezes após estágios não remunerados, propiciados pelas empresas àqueles em vias de recuperação.

Também o Programa de Assistência aos Idosos, do MPAS, vem mantendo, em todo o País, por intermédio do INPS, centros de serviço social para atendimento a aposentados e pensionistas, evitando sua marginalização, solucionando casos de retenção desnecessárias em leitos hospitalares e, sobretudo, conscientizando a sociedade com relação aos problemas da velhice desvalida.

Hoje, mesmo as empregadas domésticas podem ter sua carteiras de trabalho e, logo após sua inscrição, os benefícios passam a vigorar: aposentadoria, auxílio doença e natalidade, abonos de permanência, pecúlios, assistência médico-odontológica e farmacêutica e serviço social.

Vale, sobretudo, salientar o trabalho de divulgação que vem sendo feito pela Coordenadoria de Comunicação Social do MPAS que, instruindo os próprios segurados, amplia a prestação dos serviços ao trabalhador, realizando uma tarefa indispensável de promoção social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se pretendermos analisar com profundidade alguns aspectos básicos da consequência e dos resultados obtidos pela política agrícola dos últimos anos, veremos que houve uma ascensão no plantio de determinados produtos, mais precisamente os exportáveis, em detrimento de outros, ocasionando a escassez destes no mercado interno.

Na análise desses resultados importa ainda em considerar que o aumento da produção agrícola brasileira tem sido beneficiada por um aumento de área, fundamentalmente. A modernização geral é encontrada de forma acentuada na região Centro-Sul e a melhoria de técnicas agrícolas se expande a níveis insatisfatórios nas demais regiões do País.

Queremos crer que a consequência de uma política agrícola ajustada deve ter como resultado um nível de poupança melhor no setor e isto se dará sempre que houver a transferência de capital entre os setores rural e urbano. Naturalmente, essa questão tem implicações para o bem-estar, tanto quanto para a produção.

Estudiosos do nosso desenvolvimento agrícola dão ênfase especial à pesquisa e seu impacto na produtividade e no custo da produção. Esse objetivo tem sido concentrado na adoção de insumos básicos e modernos, incluindo sementes melhoradas, calcário, fertilizantes e mecanização.

Mas esta análise será dedicada ao uso dos fertilizantes e sua política atual, dada a importância do seu uso para um rendimento líquido positivo para o agricultor.

As políticas agrícolas que se sucedem têm influenciado tanto a oferta como a demanda de fertilizantes. Do lado da oferta, as políticas têm afetado a produção nacional e a importação de fertilizantes. A demanda tem sido alterada pelas políticas de preço do produto e políticas de subsídio que afetam os preços internos.

Durante a década de 50, as políticas cambiais e fiscais do Brasil favoreceram as importações de bens para a produção agrícola. Os fertilizantes eram importados isentos de direitos alfandegários, a taxas favoráveis de câmbio e, a partir de agosto de 57, os produtores nacionais foram subsidiados. De 1950 a 1960, o consumo de fertilizantes cresceu a uma taxa anual de, aproximadamente, 15%.

As políticas foram mudadas em 1961, o que levou a uma diminuição no consumo. Suspendeu-se o subsídio aos fertilizantes aqui produzidos, a rentabilidade do seu uso declinou devido a tendências desfavoráveis de preço e houve uma redução pronunciada no crédito agrícola. O consumo, em 1962, caiu a 80% do seu nível de 1960 e, em 1965, ainda não se havia recuperado.

Em 1966, teve início uma rápida expansão no uso de fertilizantes. Comparado com 1960, o consumo dobrou até 1968, e quase triplicou até 1970. Daí para cá, o seu uso tem se expandido de forma razoável.

Essa síntese do consumo de fertilizantes demonstra que a inconstância ou a falta de uma política apropriada para o setor, influenciam na utilização desse insumo com reflexos desfavoráveis para o nosso desenvolvimento agrícola.

Apesar desses significativos exemplos, os técnicos ainda não determinaram uma política objetiva para os fertilizantes. Nota-se que, premidos por contingências de cunho econômico, as estratégias adotadas variam em proporção às dificuldades encontradas.

No ano passado, sob a alegação de que o subsídio aos fertilizantes beneficiava apenas às indústrias, resolveu-se pela sua suspensão. Posteriormente, a fim de que o impacto da decisão não incidisse sobre o índice geral dos preços, os técnicos transferiram-no para o juro dos financiamentos destinados à aquisição dos fertilizantes. Hoje, estuda-se novas formas de subsídio, pois ficou provado que a sistemática adotada influi negativamente sobre a produção.

Nós fazemos este registro, Sr. Presidente, em razão da incerteza que afeta os agricultores do meu Estado. O clima de expectativa diante da nova política a ser oficializada criou uma indecisão preocupante. Isto poderá influir de forma indesejada, visto que ao agricultor compete o planejamento de suas atividades futuras.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há sempre razões para pedirmos a atenção e o apoio do Governo para nossa região, notadamente para o Estado do Amazonas, que, dentro da contextura nacional, é um dos mais sacrificados. Em verdade, o Governo continua tendo intenções de desenvolver a Amazônia, convencido de que, independentemente da vontade de quem quer que seja, o futuro do Brasil está naquela grande área — genericamente falando — ainda inexplorada.

Intenções continuam sendo propaladas, mas, quando se faz um cotejo entre o pretendido e o realizado, verifica-se que pouca ajuda do Governo Federal chega até nosso Estado, seja no campo da agricultura, seja no da pecuária, seja no dos transportes. Talvez o setor em que melhor o Amazonas tenha sido atendido seja no das comunicações. Isto é válido, e não tenho regateado aplausos às realizações do Governo no setor em nossa região, embora ainda as considere insuficientes. O próprio Ministro das Comunicações reconhece que realmente há muito a se fazer.

Tenho reiteradas vezes me manifestado sobre setor que me parece o mais importante, que é o agrícola, porque é a sustentação dos homens que vivem no asfalto. Quando alguém se refere à agricultura ou à pecuária, parece dirigir-se exatamente a uma região de áreas imensas, como a Amazônia, de terras contínuas, sem limitações, mas que nem por isso produz sequer para atender à rarefeita população local. Se examinarmos as razões por que essa produção não existe, quer no setor agrícola, quer no pecuário, não há outra resposta senão a falta de apoio do Governo Federal na área financeira e técnica. Já que hoje o Governo Federal praticamente intervém em qualquer setor dos Estados, teria que intervir junto ao Governo Estadual no sentido de o dinamizar, porque é vergonhoso, Sr. Presidente, 300 ou 400 anos depois de descoberta a Amazônia, como já disse desta tribuna, observar-se que, numa população de 1 milhão de habitantes, 300 mil não comem carne, nem a produção é suficiente para atender a esses 300 mil. É algo que não tem resposta convincente.

Volto, pois, a esta tribuna pleiteando do Governo providências que vão desde o recurso financeiro à orientação técnica, à chamada de atenção, no bom sentido do termo, do Governo Estadual, no sentido de que, ajudando a iniciativa privada através dos financiamentos — e note-se que falo de uma região rica em incentivos fiscais — se possa trabalhar para que, daqui a 10 anos, se não puder ser antes, não se esteja a lamentar continuamente que se importa tudo, a começar pelo feijão e pelo arroz.

Não faz muito falei aqui no setor de transportes, apoiado num documento da Associação Comercial, segundo o qual uma carga de 17 toneladas e meia de mercadoria, via fluvial, pagou de frete, de Santos ao Porto de Manaus, 16 mil cruzeiros. Se fosse por via rodoviária, dizia o documento, com base em estudo feito, seriam mais 300%, e, se fosse via área, mas 1.200% em cima disso. Se não paramos, regredimos consideravelmente.

Volto, pois, a insistir junto ao Governo, através dos órgãos competentes, para que entenda realmente que a Amazônia ainda carece de ser auxiliada pelo restante do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a perdurar a situação de atraso em que está o INPS para com o Hospital Santo Antônio, a cidade de Friburgo será profundamente afetada na assistência médica. Isso porque 80% do atendimento médico de Friburgo estão sob a responsabilidade do Hospital Santo Antônio; isto porque 75% da receita deste hospital provém de doentes internados pelo INPS, e desde o princípio do ano o INPS está com suas contas atrasadas para com aquele hospital.

Os 110 mil habitantes da cidade serão profundamente afetados em sua assistência médica, pois, a perdurar essa situação, o hospital não terá como continuar a funcionar, por falta de recursos.

Esta a razão por que vimos a esta tribuna solicitar providências do INPS para a regularização de sua situação com o Hospital Santo Antônio, na cidade de Friburgo.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Através da Mensagem nº 48, de 1977-CN, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso o texto do Decreto-lei nº 1.532, de 30 de março de 1977, que autoriza a concessão dos incentivos fiscais previstos no Decreto-lei nº 1.346, de 25 de setembro de 1974, nos casos que especifica, e dá outras providências.

Para a leitura da matéria, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 36, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.525, de 28 de fevereiro de 1977, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis do Poder Executivo, dos membros das Magistratura e do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem sobre o mesmo se manifeste, encerro a discussão.

O Sr. Freitas Nobre — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Com a palavra o nobre Líder da Minoria, para encaminhar a votação.

O SR. FREITAS NOBRE (MDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos hoje votando o Decreto-lei que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis do Poder Executivo, da Magistratura e do Tribunal de Contas da União.

Vale observar a injustiça com que agiu o Executivo relativamente a esses servidores. Enquanto reconhece, e com justiça, que o aumento do custo de vida foi superior a 30%, enquanto confessa essa divergência, o Governo faz a defasagem oficial dos vencimentos desses servidores. Já não bastasse a corrosão constante, anual, periódica, da moeda, com referência aos servidores públicos civis do Poder Executivo da União, o que tem ocorrido é que esses decretos-leis periódicos, anuais, concedem sempre níveis de reajustamento inferiores aos níveis oficiais do custo de vida e, de uma maneira ainda mais dramática, aos níveis reais do custo de vida.

Sabem os Srs. Congressistas que o Plano Geral de Classificação dos Servidores viu sua aplicação feita com tabelas salariais e há 6 anos, adotadas quando se pretendia fossem concorrentes da atividade particular, numa competição que se tornava indispensável entre os serviços públicos e os serviços particulares. Essa defasagem já vem sendo responsável por uma injustiça que se agrava ano a ano.

Ao aprovar hoje este decreto-lei, o Congresso está sancionando mais uma injustiça, injustiça que partiu da Mensagem Presidencial, injustiça que se revela até no contraste existente entre o reconhecimento oficial dos níveis de custo de vida e dos níveis salariais reajustados pelo decreto-lei objeto desta votação.

De outro lado, mesmo oferecendo aos servidores aposentados os 30% que se oferecem aos demais servidores da ativa, ocorre ainda que os aposentados já foram mais injustiçados ainda que os da ativa, porque tiveram seus proventos revistos não à base da atividade, mas à base da inicial de carreira do Plano. Então, o Plano veio configurar, institucionalizar essa injustiça. E os servidores públicos civis da União, aposentados, foram à Justiça Federal e obtiveram, em algumas decisões, inclusive no Rio de Janeiro, o reconhecimento do direito de receberem os proventos à base da atividade e não da inicial de carreira. Para isso basearam-se num parecer do Consultor-Geral da República, aprovado pelo Presidente Geisel, determinando que esses proventos fossem revistos à base da atividade e não da inicial de carreira. No entanto, as repartições públicas deste País, os serviços públicos da União deixam de reconhecer este parecer da Consultoria-Geral da República, aprovado pelo Presidente da República, e mantêm os níveis desses proventos à base da inicial de carreira.

É verdade que aquelas decisões federais tiveram, em face do recurso *ex officio* obrigatório, que ficar ainda na dependência de decisões dos Tribunais Superiores. Mas o certo é que há um parecer da Consultoria-Geral da República que determinou o pagamento dos proventos à base da atividade e não da inicial de carreira, segundo determinação do próprio Presidente da República. Devem ser, pareceres dessa natureza, cumpridos pelas repartições, pelos Ministérios, pelos órgãos diretos e indiretos da União, sem possibilidade de recusa, ao cumprimento desse parecer. No entanto, o que ocorre? Todos os Ministérios, todos os órgãos da Administração Direta e Indireta da União desobedecem o parecer do Consultor-Geral da República, homologado, aprovado pelo Presidente da República e publicado no **Diário Oficial**.

Ora, essas coisas estranhas ocorrem no momento em que também os servidores militares têm uma defasagem nos seus proventos, porque perdem cerca de 48%, quando passam para a reserva, quando são reformados. E estas observações são feitas no momento em que a Minoria, aprovando, também com a Maioria, este Decreto-lei, chama a atenção do Plenário, da Nação, do Presidente da República para as injustiças que encerram o nível de apenas 30% de reajustamento e os desníveis, as defasagens e as injustiças constantes da aplicação do Plano Geral de Classificação dos Servidores Públicos da União.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Não havendo mais oradores inscritos para encaminhar a votação, vou submeter a votos o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1977-CN.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 37, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.516, de 31 de dezembro de 1976, que dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 1.370, de 9 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a tributação dos rendimentos auferidos por garimpeiros matriculados, e dá outras providências.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de Decreto Legislativo pelas duas Casas do Congresso e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ANTUNES DE OLIVEIRA NA SESSÃO CONJUNTA DE 4-5-77, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Continuo lutando para que se detenha a devastação da floresta do Brasil, notadamente da Amazônia Brasileira.

De Belo Horizonte, recebemos uma notícia muito séria: o Dr. Warwick Kerr, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, faz declarações muito oportunas, despertando o Governo no sentido de não se devastar como se está devastando as matas da Amazônia, através das derrubadas, naturalmente, das suas árvores. Os problemas da fauna, da flora, os problemas ecológicos da própria saúde.

Eis, aqui, o que se está dizendo:

"Tenho a impressão de que todo o pessoal que queimou Minas Gerais, São Paulo e o Paraná se mudou para a Amazônia. Estão queimando a Amazônia, principalmente no Sul, em tal intensidade que há algum tempo quis fazer uma viagem de aviso e as condições de visibilidade não permitiram, devido à fumaça."

"O pessoal" — destacou o engenheiro Warwick Kerr — "diz que a muito como tirar a madeira e aproveitá-la para qualquer coisa. Preferem queimá-la enriquecendo com isso a terra por quatro ou cinco anos". Lembrou que, à exceção de alguns projetos da SUFRAMA, "o que se está fazendo na Amazônia é um desastre ecológico completo".

E conta: "Recentemente, físicos teóricos paulistas desenvolveram um projeto para uma empresa do setor de metais. Esse projeto foi desenvolvido devido não só à amizade de

alguns físicos pelo empresário, como também pela interação desse com a universidade"

"Este vigor criativo, todavia, não é compreendido pelo Governo" — diz o professor Sala "As dificuldades por que passa a USP é um bom exemplo disso"

Ele acha também que a USP foi muito mais sacrificada, porque a destruição da Amazônia se pode fazer dentro de 35 ou 40 anos "

Que os Poderes públicos se despertem diante dos cortes da floresta do Brasil e da Amazônia Brasileira.

Sr Presidente, espero que possamos, despertados, como representantes do povo, inclusive eu, V Exª e tantos outros, que todos possamos agir com o objetivo de levarmos o Governo a compreender **que desmatar, anticientificamente, como se está fazendo, no Brasil e na Amazônia é prejudicial para o presente e para o futuro. Era o que tínhamos a dizer (Muito bem! Palmas.)**

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção Conjunta (Congresso Nacional)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00

Via-Aérea:

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00

Via-Aérea:

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00

Via-Aérea:

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

nº 1, de 1969,
nº 2, de 1972,
nº 3, de 1972,
nº 4, de 1975,
nº 5, de 1975, e
nº 6, de 1976.

EDIÇÃO 1976

(formato bolso)

130 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

- Decreto-Lei nº 1.001/69
- Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

"Revista de Informação Legislativa" nº 26
439 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46 — 328 páginas

Preço: Cr\$ 30,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF.
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00